

HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA E ENSINO DA LITERATURA

LITERARY HISTORIOGRAPHY AND THE TEACHING OF LITERATURE

Maiquel Röhrig*

Resumo

Este artigo procura questionar o cânone da literatura nacional brasileira, apontando sua relação com uma tentativa de instituir uma identidade nacional por meio da imposição de estruturas mentais inculcadas pelas narrativas, sobretudo do Romantismo, as quais buscaram criar um imaginário que correspondesse às intenções das elites.

Palavras-chave: Cânone; Historiografia literária; Nação; Instinto de nacionalidade.

A historiografia

Os historiadores há décadas vêm questionando seus pressupostos. Em 1971, Paul Veyne escreveu que a história é uma “narrativa verídica”, e, desde então, a historiografia revisa sua “objetividade científica”, ciente de que nosso conhecimento do passado é sempre parcial. Segundo Veyne, “tudo é história, mas só existem histórias parciais” (VEYNE, 1987, p. 54). A possibilidade de uma história total ou que dê conta do real, nos moldes positivistas, foi descartada, e narrativas plurais que abordam os fatos sob diversos pontos de vista vêm-na substituindo.

Os literatos, por sua vez, vêm igualmente questionando seus pressupostos, incluindo o próprio conceito de literatura. Desde o formalismo, os teóricos procuram bases científicas, e nestes mais de cem anos fiaram-se em muitas teorias, as quais,

* Doutorando em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: leuqiam@gmail.com

em geral, desconstruíram-se, num movimento contínuo de ressignificação dos fundamentos do literário e do próprio objeto de estudo.

As duas disciplinas – história e literatura – estão construídas sobre um terreno teórico movediço. A história da literatura, enquanto disciplina assentada sobre as relações existentes entre ambas, sofre diretamente os efeitos destas instabilidades.

Neste artigo, procuro apresentar a justificativa histórica da história da literatura no Brasil, bem como as razões de sua crise; defender, por um lado, sua permanência no Ensino Superior e, por outro, sugerir o abrandamento da perspectiva historicista no estudo da literatura nos níveis básicos de ensino – Fundamental e Médio –, a fim de substituí-lo pela experiência da leitura do texto literário em si mesmo.

A história da literatura no Brasil

As primeiras histórias da literatura brasileira surgem no final do século XIX. O país começava um processo de constituição de uma identidade: após séculos sob o domínio da coroa portuguesa, tornara-se independente em 1822 e transformara-se em república em 1889. Catorze anos decorridos da independência política, surge o Romantismo, cuja prosa e poesia apresentam o “instinto de nacionalidade” predominante na época entre as elites. Em vários outros países, a situação era semelhante: as nações estavam sendo constituídas e a ideia de nação solidificara-se e tornara-se importante para a burguesia capitalista. O intuito de criar uma coesão nacional tornava necessárias diversas medidas das classes dominantes: a eleição de um cânone literário e a criação de instrumentos para disseminá-lo eram duas delas. Isso confirma a afirmação de Lajolo: “Literatura, história e história da literatura entrelaçam-se em vários níveis” (LAJOLO, 1995, p. 21). A literatura assume uma função social importante, e a história da literatura revela o interesse político de constituir um cânone que representasse de algum modo a nação e seu povo.

O valor estético dos textos estava intimamente relacionado com o espírito nacionalista que transpirava. Segundo Schmidt, “a escrita de histórias literárias tem sempre servido a interesses políticos, que têm sido normalmente disfarçados como

intenções educacionais, culturais ou estéticas, ou mesmo como exigências quase naturais” (SCHMIDT, 1996, p. 110).

Miranda observa pessimista este fenômeno. Para ele,

As histórias da literatura são como monumentos funerários erigidos pelo acúmulo e empilhamento de figuras cuja atuação histórico-artística, em ordem evolutiva, pretende retratar a face canônica de uma nação e dar a ela um espelho onde se mirar, embevecida ou orgulhosa de seu amor próprio e pátrio (MIRANDA, 1994, p. 31).

Nesse sentido, assim como Lajolo (1995), o autor chama a atenção para o fato de história e literatura entrelaçarem-se e afirma que “fazer uma nação e fazer uma literatura são processos simultâneos” (MIRANDA, 1994, p. 31).

A sociedade do século XIX considerou imprescindível formar cidadãos com uma consciência nacional, e buscou meios de realizar essa tarefa, entre os quais a literatura, encarada como tendo uma finalidade formativa, foi utilizada para canonizar textos engajados em criar narrativas nacionais. Discursos discrepantes sobre o país foram criados no período, e a eleição de um cânone impôs um discurso dominante.

No Romantismo brasileiro, vários foram os autores que manifestaram o “instinto de nacionalidade”, e o topo do cânone quem alcançou foi José de Alencar. Numa perspectiva alegórica, Sommer (1994) sugere que também os romances em que um casal apaixonado supera adversidades carregam a ideologia nacionalista, pois, alegoricamente, representam a pátria e seus valores. A autora revela alegorias deste tipo no cânone literário de vários países da América Latina, e cita **O guarani**, de Alencar, como a referência no Brasil. Os romances de Alencar funcionariam como modelos desta visão patriótica alegórica, e por isso seriam tão afetuamente acolhidos pelo cânone da nossa literatura.

Segundo Bhabha (2001), a nação é uma narração, e a literatura atua num nível pedagógico, legitimando-a, contribuindo para a formação e circulação de um imaginário que se pretende coletivo. Há, sem dúvida, segmentos da sociedade brasileira que se identificam com o discurso “nacionalista” de Alencar; há outros, e note-se o plural, que, por outro lado, não: a identificação é mediada por um processo de imposição pedagógica do instinto de nacionalidade. A literatura, deste modo, procura legitimar um construto narrativo.

Este construto narrativo é duplamente danoso: primeiro porque busca abolir as diferenças regionais e, segundo, porque estabelece uma leitura dos textos que

parece imutável, atrelada sempre a uma interpretação determinada, como Miranda explica melhor:

Uma vez legitimados no panteão das letras nacionais, muitos dos nomes que o compõem, senão todos, são “restos mortais” não mais identificáveis, enraizados que estão em significados perenes, “soldados desconhecidos” em virtude do serviço prestado em prol de um conceito de nação que, afinal, reduz e abole toda diferença (MIRANDA, 1994, p. 31-32).

Para Perkins, “classificar através da observação de similaridades e diferenças entre textos é muito incomum nas histórias da literatura. Mais exatamente, o processo é usado para confirmar classificações obtidas de alguma outra forma” (PERKINS, 1999, p. 48). No século XIX, esta outra forma de classificação foi o nacionalismo.

As classificações que consideram aspectos imanentes aos textos são sempre dependentes de subjetividade, o que leva os estudiosos a buscarem formas mais objetivas de classificação. Criticar as histórias da literatura é válido, questionar seus pressupostos etc., mas esperar por critérios que não sejam externos aos textos é inócua numa disciplina que não é imanentemente literária.

Uma história da literatura ocupar-se-á das relações entre literatura e história, buscando conexões entre os textos, pautando-as na historiografia. Apesar das críticas, para a história da literatura parece que não pode ser de outra maneira: se a conexão é de outra natureza, pertence a outra disciplina. O cerne da historiografia literária não deixa de ser a busca dessas conexões, ainda que para isso reduzam-se os abismos que separam os textos, relegando suas diferenças a segundo plano ou desprezando-as, deixando de lado as obras que escapam ao padrão estabelecido, abandonando autores ao ostracismo ou incluindo-os em períodos acompanhados pelo prefixo pré, ou mais comumente incluindo-os como exceções. Isso justifica as diferenças como sendo produtos da inteligência rara de um Gênio, como nos explica Perrone-Moisés:

Ao tentar encaixar os autores nos movimentos, escrevem-se duas histórias diferentes: a dos fatos gerais e a dos fatos particulares; e essas duas histórias quase nunca coincidem, porque os autores considerados grandes nunca são exemplares de uma generalidade (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 49).

Não é possível analisar tudo o que se produziu no período que o historiador estuda; o máximo seria apenas enumerar autores e obras, mas então teríamos uma lista, e não uma história da literatura. A questão é saber quais os critérios que deveriam nortear a seleção das obras e autores a serem incluídos.

Segundo Coutinho, “a História da Literatura não é o mero registro acumulativo de tudo o que se produziu, nem a simples compilação de temas ou formas, mas a reescritura constante de textos anteriores com o olhar do presente” (COUTINHO, 1997, p. 16). Este olhar do presente deforma o passado, pois não podemos dar conta da totalidade; assim, o “instinto de nacionalidade” do Romantismo é parte da história, e outros discursos existiram no período. Jauss confirma nossa afirmação quando, ao concordar com dois formalistas russos, diz-nos que “segundo Vítor Chklovski e Iúri Tynianov, em toda época existem simultaneamente várias histórias literárias, e uma delas representa o ápice canonizado da literatura” (JAUSS, 1994, p. 20, grifos do autor).

A questão do cânone

Discussões acerca do cânone têm se tornado frequentes e polêmicas. Críticos e teóricos posicionam-se antagonicamente, no extremo de defender, repudiar ou multiplicar os cânones existentes, segmentá-los etc. Aqueles que defendem a unicidade de cânone fundamentam-se no valor estético e na universalidade das obras canônicas, enquanto os outros desconstróem estas noções, procurando revelar o engodo da beleza, e demonstrar a diversidade humana como refutação à suposta universalidade. Os defensores da multiplicidade dizem que a constituição do cânone depende da recepção das obras, em conformidade com o que Jauss afirmou:

(...) a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão-somente de seu posicionamento no contexto sucessório do desenvolvimento de um gênero, mas sim dos critérios da recepção, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade, critérios estes de mais difícil apreensão (JAUSS, 1994, p. 7-8).

Na história da literatura, parece impossível prescindir do cânone. Porém, ainda segundo Jauss,

(...) uma descrição da literatura que segue um cânone em geral preestabelecido e simplesmente enfileira vida e obra dos escritores em seqüência cronológica constitui – como já observou Gervinus – *história alguma, mal chega a ser o esqueleto de uma história* (JAUSS, 1994, p. 7, grifos do autor).

Jauss propõe uma reformulação radical na historiografia literária, colocando o leitor no centro das investigações.

Scramim propõe abandonar as restrições e apostar

(...) na proliferação de textos, real promotora da abundância. Assim não teremos mais a necessidade de institucionalizar cânones famélicos que opõem o antigo ao novo, a boa poesia à ruim, o modernismo ao concretismo e à poesia marginal, cânones que nos dizem o que deve ser poupado, conservado como paradigma de uma época em declínio (SCRAMIM, 2002, p. 250).

Esta opinião encontra eco em Miranda, quando este propõe aproveitarmos a “lição benjaminiana”, segundo a qual devemos perceber e ultrapassar “a concepção de que a história como curso unitário é uma representação do passado construída por grupos e classes sociais dominantes, que transmitem do passado só o que é *relevante*” (MIRANDA, 1994, p. 35).

Repensando a historiografia literária

As bases teóricas da história e da literatura continuam sendo reinventadas. Afirmações como as de Derrida e Foucault - para citar os mais canônicos - abalaram diversos objetos de estudo e causam efeitos profundos nas ciências humanas, uma vez que suas teorias são questionamentos radicais dos pressupostos metafísicos de nossa racionalidade.

Derrida (1971) mostrou a instabilidade dos signos e postulou a existência de um jogo infinito de significação em detrimento dos limites de significados imutáveis, enquanto Foucault, tal como Veyne, Schmidt e outros, relativizou a história: afirmou que ela é composta por vários discursos, o econômico, o político, o literário etc.,

entre os quais podem ser percebidas imensas diferenças, bem como se podem notar diferenças, inclusive, dentro de um mesmo discurso. Foucault (1996) diz ainda que os discursos aceitos como sendo “narrativas verossímeis” são legitimados por um poder institucional criador de verdades, que impõe discursos dominantes.

Costumamos dizer que a literatura contemporânea não pode ser definida, porque não temos ainda o distanciamento temporal necessário para analisá-la de modo objetivo - e dizemos isso mesmo depois de, há muito tempo, a objetividade das análises em literatura terem sido questionadas -; ou utilizamos a justificativa de haver hoje uma vasta produção que o tempo será capaz de filtrar, elegendo-se um cânone das obras representativas do período. Mas em um mundo pretensamente pós-moderno, sem metanarrativas, supostamente sem discursos hegemônicos, o estabelecimento de cânones parece anacrônico. Esta dificuldade de estabelecer as leituras obrigatórias da literatura contemporânea, antes de ser justificada, deveria servir de justificativa para abandonarmos imposições de livros do passado para leitores que ainda não sabem reconhecer seu próprio tempo e linguagem. Poderia ser mais produtivo iniciar os trabalhos a partir da literatura contemporânea, para, depois, explorar outras maneiras de interpretar o mundo. Da mesma forma, ao invés de criticarmos a preguiça e resistência dos leitores, acomodados com a literatura de massa, seria mais útil procurar entendê-la, e, a partir dela, apresentar a riqueza da literatura que consideramos superior, mas sem listas estanques, deixando nossa mente aberta para a diversidade.

Continua difícil para uma sociedade ancorada à racionalidade cartesiana conviver com o caos. Precisamos tentar organizá-lo, negá-lo até. E fazemo-lo tentando convencer a nós mesmos de que é assim que tem que ser. Temos de desprezar a maioria dos livros e relegar ao esquecimento a maioria dos escritores de uma época a fim de preservar um conjunto de ideias que selecionamos didaticamente para castrar a imensa diversidade da literatura.

As críticas às histórias da literatura indicam ser a hora de superá-las e criar uma outra forma para os manuais. Conforme Perrone-Moisés (1998, p. 28),

Essa história da literatura que os manuais nos dão é apenas uma forma, ela mesma historicamente datada. A própria história, como disciplina, já tomou consciência da existência de uma “história da História” (Georges Lefebvre), na qual essa forma racionalista e contínua é apenas um episódio (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 28).

Talvez devamos buscar novas abordagens, as quais podem, e provavelmente devam, manter o contexto histórico, mas não engessar a obra, analisando-a como pertencente a um período literário inspirado numa espécie de *Zeitgeist*. O contexto histórico é, sem dúvida, muito importante, mas não precisamos transformá-lo em período literário, pois esta é uma tentativa improdutiva, pautada na eleição de um cânone reducionista criado a partir de pressupostos extraliterários. Neste sentido, Coutinho afirma que “a necessidade de constituição de uma nova historiografia literária, isenta das distorções tradicionais, em que a noção de ‘grande literatura’ ou até mesmo de ‘literatura’ *tout court*, seja problematizada, se faz cada vez mais premente” (COUTINHO, 1996, p. 72).

Considerações finais

A história da literatura tradicional exerce uma enorme influência nos currículos de Literatura das escolas de Ensino Médio no Brasil. Os livros didáticos e apostilas utilizados nas escolas estão centrados na apresentação dos períodos literários, de modo linear. Normalmente, apresentam uma introdução à disciplina de Literatura, expõem algumas considerações a respeito das diferenças entre texto literário e não literário - sempre com base em critérios questionáveis de arte da escrita -, bem como as principais figuras de linguagem comumente usadas na poesia e prosa literárias. Depois disso, apresentam Trovadorismo, Humanismo e Classicismo da Renascença - neste último detêm-se para explicar os principais episódios de “Os Lusíadas” e algumas poucas estrofes da obra. Em seguida, Literatura Formativa e Informativa sobre o Brasil Colônia, Barroco etc. Em cada período, algumas considerações gerais sobre a história e como ela influenciou os autores, o local onde o período literário surgiu, como foi a chegada ao Brasil, os principais autores, uma ou duas linhas sobre algum livro e “vamos em frente!”.

Com essa fórmula, os autores dos livros didáticos confundem seu trabalho com o dos historiadores da literatura e criam nos alunos a aversão pelos textos literários, reduzindo seu estudo a decorar datas, fatos históricos, nomes de autores e de livros.

As pessoas que leem literatura certamente não o fazem graças às apostilas e livros didáticos. As estatísticas sobre o número de livros lidos *per capita* no Brasil revelam que este modelo de educação não funcionou para fazer as massas lerem, e não restam dúvidas de que continuará não funcionando. Teve sua legitimidade histórica, mas, diante de um país que nunca constituiu uma identidade e cujas diferenças regionais jamais permitirão que o faça - espero não me enganar quanto a isto -, deveria ser abandonado justamente para privilegiar nossa diversidade.

O modelo pautado na historiografia e no cânone escolhido pela elite dominante para reproduzir seu discurso não é abandonado por motivos diversos daqueles existentes outrora. Não se pretende mais uma coesão nacional, mas a permanência das estruturas de poder vigentes. O fato de as massas não lerem deve ser mantido para satisfazer a interesses políticos, e por isso mantêm-se livros didáticos com a forma de histórias que são importantes para os estudiosos da literatura, mas uma enorme tolice para os adolescentes.

O vestibular, principal ferramenta de exclusão ao direito de acesso à educação superior nas universidades de qualidade, impõe-se monstruoso e gigantesco e limita as pretensões daqueles que buscam uma alternativa para o modelo de ensino atual. Como ensinar de modo alternativo se o sistema inculca a ambição de uma aprovação no vestibular?

A historiografia literária mantém sua importância, e seu estudo continua necessário nos níveis superiores de ensino, seja nos moldes tradicionais - uma boa oportunidade para os universitários problematizarem-nos -, seja buscando inovações. Contudo, é inócuo insistirmos em atormentar nossos jovens da educação básica com períodos literários, datas e listas. Esta metodologia ignora o que está escrito nos cadernos de chamada dos professores: o nome da disciplina é Literatura, não é História da Literatura.

Jauss (1994) propôs que o leitor tivesse sempre centralidade nas análises literárias, pois todo texto é escrito para ser lido por alguém. Histórias da literatura não são escritas para serem lidas por adolescentes de quinze anos. Ainda não entendemos essas palavras, pois não as colocamos em prática nem mesmo quando a presença dos leitores se impõe diante de nossos olhos.

Já passou da hora de superarmos o discurso dominante do instinto de nacionalidade e da exclusão, parar com as listas e datas e começarmos a dar aos

alunos a chance de se tornarem leitores, o que só acontecerá se lhes oportunizarmos a experiência da literatura em si mesma.

Abstract

This article seeks to question the canon of Brazilian national literature, emphasizing its connection with an attempt to establish a national identity by imposing mental structures inculcated by the narratives, especially of Romanticism, which sought to create a picture that corresponded to the intentions of the elites.

Keywords: Canon; Literary historiography; Nation; Nationality instinct.

Referências

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

COUTINHO, Eduardo. Comparativismo e historiografia literária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DA LITERATURA, 2., 1997, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: Edipucrs.

COUTINHO, Eduardo. Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone. **Revista brasileira de literatura comparada**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 37-73, 1996.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JAUSS, Hans Robert. **História da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LAJOLO, Marisa. Literatura e História da Literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALLARD, Letícia et al. **História da literatura: ensaios**. Campinas: UNICAMP, 1995. p. 19-36.

MIRANDA, Wander Melo. Nações literárias. **Revista brasileira de literatura comparada**, São Paulo, n. 2, p. 31-38, 1994.

PERKINS, David. História da literatura e narração. Tradução de Maria Angela Aguiar. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literária da PUCRS**: série traduções, Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCRAMIM, Susana. Cânone e liberdade. **Revista brasileira de literatura comparada**, Belo Horizonte, n. 6, p. 239-250, 2002.

SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita da história da literatura: observações de um ponto de vista construtivista. In: OLINTO, Heidrun Krieger. **Histórias da literatura: as novas teorias alemãs**. São Paulo: Ática, 1996.

SOMMER, Doris. Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1987.